

Resistências e ações estudantis no Colégio Pedro II: os primeiros anos da ditadura militar pelas páginas de jornais cariocas (1966-1968)

Student resistance and actions at Colégio Pedro II: the early years of the military dictatorship through the pages of Rio de Janeiro newspapers (1966-1968)

Resistencia y acciones estudiantiles en Colégio Pedro II: los primeros años de la dictadura militar a través de las páginas de los periódicos cariocas (1966-1968)

Larissa Freire¹

<https://orcid.org/0000-0002-3689-7505>

Juliana Miranda Filgueiras²

<https://orcid.org/0000-0002-8430-6810>

¹ Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil. E-mail: larissafreirep@gmail.com.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil. E-mail: jufilgueiras@gmail.com.

Resumo

O artigo tem como objetivo investigar as ações de estudantes do Colégio Pedro II durante os primeiros anos do regime militar, entre 1966 e 1968, a partir da análise de notícias publicadas pela imprensa carioca. A tradicional instituição educacional do Rio de Janeiro, criada no ano de 1837, seguiu uma trajetória singular durante a ditadura militar. Nesse contexto, estudantes se mobilizaram contrários às medidas de diretores da instituição e em oposição à ditadura. As notícias e matérias examinadas foram veiculadas pelos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. O trabalho centrou o olhar nos conflitos e resistências dos alunos e no modo como os impressos abordaram tais embates, evidenciando uma posição de defesa dos estudantes e crítica aos excessos das Forças Armadas e diretores do Colégio.

Palavras-chave: Colégio Pedro II. Movimento estudantil. Resistência. Ditadura militar.

Abstract

*This paper aims to investigate the actions of students at Colégio Pedro II during the early years of the Brazilian military regime, between 1966 and 1968, based on the analysis of news published by the Rio de Janeiro press. The traditional educational institution of Rio de Janeiro, founded in 1837, followed a unique trajectory during the military dictatorship. Students mobilized against the institution's directors' decisions and in opposition to the dictatorship. The news articles and reports examined were published by the newspapers *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, and *Tribuna da Imprensa*. The study focused on the students' conflicts and resistance, as well as how these confrontations were portrayed by the press, highlighting a stance of defending the students and criticizing the excesses of the Armed Forces and the school's directors.*



Keywords: *College Pedro II. Student movement. Resistance. Military dictatorship.*

Resumen

El artículo tiene como objetivo investigar las acciones de los estudiantes del Colégio Pedro II durante los primeros años del régimen militar, entre 1966 y 1968, a partir del análisis de noticias publicadas por la prensa carioca. La tradicional institución educativa de Río de Janeiro, fundada en 1837, siguió una trayectoria singular durante la dictadura militar. En este contexto, los estudiantes se movilizaron en contra de las medidas de los directores de la institución y en oposición a la dictadura. Las noticias y artículos examinados fueron publicados por los periódicos Diário de Notícias, Jornal do Brasil, Correio da Manhã y Tribuna da Imprensa. El trabajo se centró en los conflictos y resistencias de los estudiantes y en cómo los medios impresos abordaron dichos enfrentamientos, destacando una postura de defensa de los estudiantes y crítica a los excesos de las Fuerzas Armadas y los directores del Colegio.

Palabras clave: *Colegio Pedro II. Movimiento estudiantil. Resistencia. Dictadura militar.*

1 Introdução

O Colégio Pedro II, tradicional instituição educacional do Rio de Janeiro, criado no ano de 1837, seguiu uma trajetória singular durante a ditadura militar implantada após o golpe de 1964. Nesse contexto, estudantes se mobilizaram em oposição à ditadura ou em relação aos diretores da instituição. O objetivo deste artigo é analisar as ações desses estudantes durante os primeiros anos do regime, entre 1966 e 1968, momento de retomada das mobilizações dos secundaristas, a partir das notícias veiculadas pela imprensa carioca, verificando os conflitos, resistências e o modo como os impressos abordaram tais embates.

A historiografia que trata das resistências estudantis ao regime toma como foco especialmente estudantes universitários. Menos expressivas são as pesquisas que abordam os secundaristas¹. Sobre os estudantes do Colégio Pedro II, temos a dissertação de Licia M. Hauer

¹ Entre os estudos já considerados clássicos, podemos citar o livro de Artur Poerner, *O poder jovem*, de 1968, a dissertação *Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil: 1964-1968* (1986), de João Roberto Martins Filho, e a dissertação *O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968*, de Maria Ribeiro do Valle (1997). A partir dos anos 2000, destacamos os trabalhos de Luís Antonio Groppo, *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos de 1960* (2000), de Clara Madalena Xavier Barros (2023), *Movimento Estudantil nos idos de 1964-1968: história de resistência à ditadura militar*, de Angélica Müller (2010) *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena política (1969-1979)*, e de Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz (2024), *Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989)*. Dos estudos que enfocaram os estudantes secundaristas, ressaltamos a pesquisa *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968*, de Alzira Alves de Abreu (1992), que analisou o CAP-UFRJ. Em 2006, Patrícia Henriques Mafra também abordou o CAP-UFRJ, em *Uma escola contra a ditadura: a participação política do Cap-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)*. Mais recentemente, Samuel Silva Rodrigues de Oliveira (2023) analisou a Escola Técnica Nacional (atual CEFET-RJ) no artigo *A Escola Técnica Nacional e a ditadura civil-militar: história e memória de uma escola e da luta dos estudantes (1960-1966)*; Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves (2022) abordou a mobilização estudantil no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte, na dissertação *O impresso caminhando*

(2007), que analisou os atos de repressão entre os anos de 1964 e 1979 no Colégio, os impactos no âmbito da pedagogia e administração da instituição, e os movimentos de resistência e subordinação da comunidade escolar. A autora utilizou como fontes documentos do Núcleo de Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Sistema Nacional de Investigação (SNI)², entrevistas com ex-professores, ex-alunos e funcionários, além de jornais produzidos pelos próprios estudantes. Com um outro olhar para as narrativas sobre os estudantes veiculadas em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro, utilizamos a pesquisa de Hauer (2007) como importante referência.

Para a análise das ações dos estudantes do Colégio Pedro II, utilizamos a categoria de resistência proposta por Rodrigo Patto Sá Motta (2021). Segundo o autor, a resistência pode ser um movimento “contra um governo ou regime político, ou contra outro tipo de poder social considerado opressivo”, ou entendida também na perspectiva militar, de “opor-se e não permitir a vitória do inimigo” (Motta, 2021, p. 157). Durante o período da ditadura no Brasil, a resistência envolveu o “conjunto de atos de recusa ao poder instituído, considerado ilegítimo ou opressivo, sendo que tais ações podem se expressar de diferentes maneiras. Resistir significava opor-se à ditadura e inviabilizar seu sucesso e continuidade no poder [...]” (Motta, 2021, p. 157). Os estudantes do Colégio Pedro II, como outros no período, se colocaram contra decisões de diretores da instituição e a ditadura em si, tentando resistir às mudanças internas, mas também derrotar o regime.

Os jornais mobilizados foram *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, periódicos de circulação no Rio de Janeiro e localizados na Hemeroteca Digital. Ao utilizarmos a imprensa como fonte, levamos em consideração as discussões de Eduardo Chammas (2012), Tania Regina de Luca (2008) e Maria Helena Capelato (2015). De acordo com Capelato (1988), o estudo da imprensa possibilita apreender a vida cotidiana e compreender como viveram sujeitos, ilustres ou anônimos, em diferentes tempos, pois apresentam dados “sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas” (p. 21).

contra o vento: o Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte (1977 – 1979).

² O SNI foi concebido pelo então General Golbery Couto e Silva e oficializado em 13 de junho de 1964, a partir da Lei nº 4.341, em substituição ao Serviço Federal de Informação e Contrainformação (SFICI). O SNI deveria funcionar como uma agência de inteligência (Figueiredo, 2005). Os relatórios do Sistema Nacional de Investigação se encontram no *site* do Arquivo Nacional.

Conforme discute Luca (2008), é preciso atenção ao se tomar a imprensa como fonte e objeto de pesquisa, pois jornais e revistas não são apenas veículos de informações neutros, mas representam valores e interesses de determinados setores da sociedade civil, que tentam recriar a “realidade à sua maneira – como produto de uma articulação entre sua ideologia, suas representações simbólicas, seus interesses político-econômicos imediatos e sua constante tentativa de formulação e delimitação da agenda de debates públicos” (Chammas, 2012, p. 15). Assim, a imprensa periódica “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu como digno de chegar ao público” (Luca, 2008, p. 139). Os jornais são compreendidos, portanto, como instrumentos de poder, que pretendem uma “intervenção na vida social” (Capelato; Prado, 1980, p. 19 *apud* Chammas, 2012, p. 15). Nesse sentido, Capelato (2015, p.115) destaca a necessidade de compreender as considerações históricas de produção da imprensa, “os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores”.

Dos periódicos analisados, de acordo com Eduardo Chammas (2012), o *Jornal do Brasil* assumiu um caráter conservador durante o regime militar, mas também dialogava com setores do governo considerados mais progressistas³. O *Correio da Manhã*, embora tenha apoiado a deposição de João Goulart, atuou em oposição e crítica aos governos militares nos primeiros anos da ditadura, após o AI nº 1 (Chammas, 2012), sendo um dos únicos da grande imprensa que expôs as violações dos direitos humanos após o golpe (Kucinski, 1991). Assumiu, contudo, uma linha editorial governista após ser arrendado e foi fechado em 1974 (Chammas, 2012)⁴. O jornal *Tribuna da Imprensa* veiculou notícias de apoio ao golpe em 1964, mas iniciou oposição ao governo a partir do Ato Institucional nº 1, integrando o movimento Frente Ampla⁵ (Leal, s/d). Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2001), o jornal *Diário de Notícias* apoiou os militares na defesa de que poderia ser um governo que efetivaria as reformas de base. Porém, com as

³ Tendo como um de seus fundadores Joaquim Nabuco, o *Jornal do Brasil* surgiu em 1891 com orientação monarquista, mas passou para uma perspectiva republicana após ser vendido em 1893 e ter como editor Rui Barbosa (Chammas, 2012). Segundo Chammas (2012), a partir dos anos de 1950, o *Jornal do Brasil* começou a adotar um discurso de imparcialidade, embora tenha assumido postura ambígua, especialmente após apoiar o golpe de 1964.

⁴ O jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, com posicionamento de oposição ao regime republicano. Nos anos 1930 esteve “alinhado com os interesses liberais da alta burguesia e da classe média alta” (Chammas, 2012, p. 29). Na década de 1960, defendeu a deposição de João Goulart e o golpe de 1964. Chammas (2012) destaca a singularidade deste jornal, que passou de liberal conservador pró-golpe para referência de oposição contra a ditadura militar.

⁵ O jornal *Tribuna da Imprensa* nasceu em 1949, fundado pelo jornalista Carlos Lacerda, com uma orientação anti-Vargas (Leal, s/d). Segundo Leal (s/d), nos primeiros anos da ditadura militar, o jornal *Tribuna da Imprensa* chegou a apoiar a Frente Ampla em posição ao governo de Castelo Branco.

expectativas não sendo cumpridas a partir de 1964, tornou-se opositor do governo⁶. Esses periódicos possibilitaram apreender as resistências e embates que envolveram os estudantes do Colégio Pedro II.

2 A mobilização contra a Fundação

Após o golpe, em 1964, diversas mudanças ocorreram no Colégio Pedro II. Conforme Hauer (2007), diretores de Unidades⁷, coordenadores e parte dos membros da congregação foram substituídos, professores e alunos foram investigados por possíveis atos subversivos e alguns docentes chegaram a ser exonerados. Em relação ao movimento de estudantes, alguns dos grêmios do Colégio Pedro II foram fechados e reabertos apenas em 1965, a partir das definições da Lei Suplicy⁸, que estabelecia que as “entidades estudantis do ensino secundário fossem monitoradas por algum setor pedagógico” (Hauer, 2007, p. 67). Entre os anos 1965 e 1968, os estudantes do Colégio Pedro II estiveram envolvidos em uma série de protestos, buscando reorganizar o movimento estudantil, os grêmios e a Associação dos Alunos do Colégio Pedro II⁹, com o apoio da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES) (Hauer, 2007), além de lutarem contra a criação de uma Fundação no Colégio.

No ano de 1965, o projeto em discussão que recomendava transformar o Colégio Pedro II em Fundação levou à resistência dos estudantes¹⁰, que realizaram greves exigindo a permanência da gratuidade da escola, pois temiam que taxas (Correio da Manhã, 22 de setembro

⁶ O *Diário de Notícias* foi fundado em 1930 por Orlando Ribeiro Dantas, com uma posição contra a política oligárquica da República Velha, e atuou em oposição a Vargas durante o Estado Novo e em seu mandato presidencial em 1951. Embora defendesse João Goulart e as reformas de base, apoiou os militares no golpe de 1964. O jornal foi fechado em 1974 (Ferreira, 2001).

⁷ Nos anos 1960, o Colégio Pedro II estava organizado do seguinte modo: Externato Frei Guadalupe (sede no Campo de São Cristóvão), com uma Seção Norte (Rua Barão do Bom Retiro); Externato Bernardo de Vasconcelos (sede na Av. Marechal Floriano), com duas Seções – Sul (Rua Humaitá, nº 60) e Tijuca (Rua S. Francisco Xavier, nº 204); e a Faculdade de Humanidades Pedro II (Rua Piraúba, São Cristóvão), criada em 1969.

⁸ A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy), dispunha sobre os órgãos de representação dos estudantes, definia a regulamentação dessas entidades e proibia as atividades políticas nas organizações. Vedava aos órgãos de representação estudantil “qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.

⁹ Segundo Hauer (2007), a Associação de Alunos do Colégio Pedro II foi criada em 1963 com a função de unir os grêmios de todas as Seções.

¹⁰ O projeto de transformar o Colégio em uma Fundação começou a ser discutido por um grupo de trabalho formado por diretores de ensino do MEC e instituído pelo Ministro Flávio Suplicy, em 1965. A intenção do projeto era que o Colégio assumisse uma personalidade jurídica, sendo um centro experimental de estudos de educação (Santos *et al.*, 2018). A grande crítica era a possibilidade de cobrança de mensalidade dos alunos (Diário de Notícias, 29 de agosto de 1965, p. 1).

de 1965, p.2) fossem cobradas caso o Colégio mudasse de regime¹¹. As assembleias dos estudantes, em grande parte convocadas pela Associação de Alunos, eram marcadas por tensões e exaltações contra os diretores das diferentes Seções do Colégio. Conforme Hauer (2007), em março de 1966, uma assembleia com seis mil estudantes fazia um grande protesto, pois considerava a tentativa de transformar o Colégio em fundação um violento atentado à escola pública, por levaria ao pagamento de taxas escolares. A presidente da Associação de Alunos tratava do tema em artigo publicado no jornal estudantil *Reflexo*, com data de 20 de março de 1966:

O Colégio Pedro II desde sua fundação assumiu a vanguarda do ensino médio. Manteve-se o Pedro II nessa vanguarda porque evoluiu, novos métodos de ensino foram aplicados, novos métodos de assistência ao estudante foram utilizados. Conseguiu o Pedro II a gratuidade do ensino na administração do professor Gabaglia, agora sofre este educandário a ameaça de volta à cobrança de todas as taxas, que simbolizarão um retrocesso na gloriosa história de nosso colégio. Felizmente, os alunos contam com o apoio do professor Potsch, e de toda uma maioria de professores, maioria essa que sente a necessidade da preservação da gratuidade escolar, na hora em que o povo brasileiro sofre os efeitos da crescente alta do custo de vida. É hora de cada um de nós defender não só os dezesseis mil alunos atuais, mas um incalculável número de estudantes que passarão por essa casa e de quase quatrocentos mil estudantes que passaram por esse colégio, que no momento no Brasil representa o que há de melhor no ensino secundarista nacional (Hauer, 2007, p. 137).

Os estudantes se mostravam bastante envolvidos nas reivindicações contra o projeto. Uma notícia do *Jornal do Brasil* (19 de abril de 1966, p. 16) noticiava a justificativa dos estudantes: a Fundação acabaria com a tradição do Colégio pelo fato de os alunos terem que realizar contribuições financeiras. Também havia a possibilidade de inclusão de pessoas estranhas na administração da escola. Dos oito componentes do Conselho Diretor, três seriam indicados pelo Presidente da República (Jornal do Brasil, 19 de abril de 1966, p. 16).

Uma comissão composta pelos presidentes dos grêmios e pela presidente da Associação dos Alunos foi formada naquele mês de abril, com o objetivo de comparar um anteprojeto de 1959¹², elaborado durante o governo de Juscelino Kubitschek, que estabelecia a autonomia administrativa do Colégio, com a nova proposta da Fundação (Correio da Manhã, 27 de abril

¹¹ Em 1964, o Grémio Científico e Literário Pedro II já havia divulgado uma nota contra possíveis transformações no Colégio. Uma das expectativas era a entrega das Seções Sul, Norte e Tijuca à administração estadual (Correio da Manhã, 1964, p. 8).

¹² A autonomia do Colégio foi um tema discutido em 1959, quando o Presidente da República encaminhou um projeto propondo a autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar ao Congresso Nacional, por solicitação da Congregação do Colégio Pedro II (Santos *et al.*, 2018).

de 1966, p. 5). A presidente da Associação informava ao jornal *Diário de Notícias* (28 de abril de 1966, p. 2) que os alunos concordavam em instituir a comissão para analisar as propostas, mas continuavam contrários à criação da Fundação. As manifestações continuaram durante o mês de junho quando, em uma assembleia estudantil, os alunos se manifestaram novamente contra a Fundação (*Diário de Notícias*, 16 de junho de 1966, p. 6).

No dia 14 de setembro de 1966, os jornais *Correio da Manhã* (14 de setembro de 1966, p. 3) e *Tribuna da Imprensa* (14 de setembro de 1966, p. 1) noticiaram que a Associação de Alunos do Colégio Pedro II integraria uma passeata organizada por estudantes universitários que reivindicava por mais vagas nas universidades. Uma nota divulgada pela Associação criticava a repressão policial contra os estudantes secundaristas e a transformação do Colégio em Fundação (*Tribuna da Imprensa*, 17-18 de setembro de 1966, p. 2):

A reivindicação de ampliação das universidades liga-se à nossa luta pela ampliação do Colégio, e lembra-nos a dúvida constante dos secundaristas quanto ao ingresso nas mesmas, em vista da limitação do número de vagas. [...] Temos como óbvio que, diante da violência crescente e do agravamento da situação, tal luta, além de um dever, é uma questão de honra para todos (*Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1966, p. 5).

A nota da Associação apresentava a luta contra a Fundação como uma pauta não apenas dos estudantes do Colégio Pedro II, mas também dos universitários. De acordo com notícia do *Correio da Manhã*, alguns alunos afirmavam: “há muito somos contra a transformação do Pedro II em Fundação, razão pela qual devemos aderir à passeata-monstro dos estudantes contra a ditadura e o regime de opressão às liberdades de pensamento e reivindicação” (*Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1966, p. 9). Conforme Katya Braghini (2014), a questão da falta de vaga nas universidades e o problema dos excedentes¹³ tornou-se pauta central das manifestações estudantis universitárias no final dos anos 1960 e eram considerados parte da crise educacional.

No mesmo dia, 14 de setembro, o grêmio do Colégio foi fechado pela diretoria da instituição, com o argumento de que seus líderes incentivavam os alunos a participarem da passeata convocada pelos universitários. Em resposta, os estudantes tentaram organizar uma assembleia na rua, para decidir sobre a deflagração de uma greve geral já que a direção do Colégio impediu reuniões no interior da escola (*Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1966, p.

¹³ Braghini (2014) informa que os excedentes eram os candidatos aprovados nos exames vestibulares, que conseguiam a média necessária, mas não podiam realizar a matrícula nos cursos superiores pois não havia vagas suficientes.

9). Uma matéria do *Jornal do Brasil* (16 de setembro de 1966, p. 5) relatava que o diretor interino, com receio de uma ação de abertura do grêmio à força, buscou ajuda do Ministério da Educação para o fechamento de todas as portas do Colégio. A assembleia marcada para o dia seguinte foi impedida pela chegada da tropa de choque da Polícia Militar e por agentes do DOPS, que já se encontravam nos arredores do Colégio pela manhã. Apesar da tentativa de coibir os estudantes, a manifestação dos universitários e secundaristas foi realizada no dia 15 de setembro, mas sofreu uma forte repressão da Polícia Militar. Alguns alunos do Colégio Pedro II foram presos e agredidos (Diário de Notícias, 16 de setembro de 1966, p. 5-6). A notícia possibilita constatar a relação da diretoria da instituição com as forças de repressão, que foram chamadas para evitar a insubmissão dos alunos.

Após as prisões, o *Jornal do Brasil* (17 de setembro de 1966, p. 4) divulgou uma nota dos estudantes universitários:

O terror que exprimiu o saldo da ditadura na repressão à passeata pacífica contra o pagamento das anuidades e as punições decorrentes denuncia o caráter político de sua cobrança. Caráter político que é o de impedir o acesso da maioria do povo brasileiro à universidade, consolidando o seu caráter de privilégio de classe, enquanto entrega ao imperialismo a responsabilidade da formação dos jovens (Jornal do Brasil, 17 de setembro de 1966, p. 4).

Em outra nota, do jornal *Correio da Manhã* (20 de setembro de 1966, p. 3), elaborada a partir de entrevista com um professor do Colégio Pedro II, foram descritas as agressões contra os alunos durante o protesto do dia 15 de setembro:

[...] para não falar naqueles escandalosos atritos e agressões físicas praticadas contra estudantes, em que, por exemplo, foi quebrado o pé de uma moça a sapatadas, um estudante colocado sobre o capô de um automóvel e espancado com cassetete de madeira, até quase ficar desacordado. Tive oportunidade de ver o absurdo do fechamento do grêmio do Colégio Pedro II, fechando-se quaisquer entendimentos entre estudantes e professores (Correio da Manhã, 20 de setembro de 1966, p. 3).

O tom de denúncia utilizado pelo jornal para noticiar a escalada da violência contra os estudantes demonstrava a concordância com a pauta do movimento estudantil.

Após a manifestação de setembro de 1966, o tema da Fundação não apareceu mais nas páginas dos jornais. Em fevereiro do ano seguinte, o Colégio Pedro II foi transformado em uma

autarquia federal¹⁴, fato que, conforme Hauer (2007), foi considerado uma vitória pelos estudantes.

3 A prisão de um líder estudantil

Ainda no ano de 1966, os jornais veicularam notícias que abordavam as tentativas de reorganização do movimento estudantil no Colégio Pedro II. Em maio, o XIX Congresso Metropolitano dos Estudantes Secundaristas foi suspenso pelo DOPS sob a alegação de que a Lei Suplicy impedia a realização de encontros estudantis (Hauer, 2007). De acordo com fala do presidente da AMES, Astrogildo Toledo Filho, estudante do Colégio Pedro II (Jornal do Brasil, 19 de abril de 1966, p. 16), o congresso tinha como pauta, entre outros temas, o debate sobre os grêmios colegiais, a defesa da escola pública, contra a transformação do Colégio Pedro II em fundação, a ampliação das redes de restaurantes gratuitos para estudantes, e a diminuição do valor da passagem de transportes coletivos (Hauer, 2007).

Em julho de 1966, Astrogildo Toledo Filho foi preso, conforme matéria veiculada no *Jornal do Brasil* (14 de julho de 1966, p. 3), acusado de ser militante do PCB e participar de reuniões do Comitê Secundarista do Partido para reorganizar o movimento estudantil por meio da AMES (Arquivo Nacional, 1966). O estudante da 2ª série do Ensino Clássico do Colégio Pedro II fora preso a caminho da instituição escolar, onde estudava à noite. Segundo investigação do SNI, Astrogildo tinha 22 anos, era militante do Comitê Secundarista do PCB¹⁵ e funcionário público no Instituto Brasileiro do Café (Arquivo Nacional, 1966). Uma notícia do jornal *Tribuna da Imprensa* (9 e 10 de julho de 1966, p. 2) relatava que os colegas de Astrogildo acreditavam que sua prisão teria ocorrido em razão de um conflito, no dia anterior, com a direção do Colégio Pedro II, quando foi chamado ao gabinete do diretor para entregar um exemplar do jornal da UMES. Para os colegas, a prisão fora realizada de forma arbitrária e sem informação à família. Uma outra matéria, do *Jornal do Brasil* (13 de julho de 1966, p. 7), de 13 de julho, divulgava uma possível confissão do estudante em depoimento ao DOPS – ele

¹⁴ Em vez de uma fundação, o Presidente Castelo Branco transformou o Colégio em autarquia por meio do Decreto-Lei nº 245/67, que determinava: “O Colégio Pedro II, instituto oficial de ensino, passará a constituir órgão de administração direta da União” A gestão do Colégio passou a ter autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar (Jornal do Brasil, 28 de fevereiro de 1967, p. 19). A respeito da publicação do Decreto, ver Jornal do Brasil (12 de março de 1967, p. 19).

¹⁵ Em 1966, foi aberta uma investigação na Marinha sobre o PCB. De acordo com o relato do SNI, as reuniões aconteciam na residência do estudante do Colégio Pedro II, Gilson Leão, e estavam presentes o presidente do grêmio do Colégio, Maurício Dias David, além de Astrogildo (Arquivo Nacional, 15 de julho de 1966).

confessava ter vínculo com o PCB, ter participado de reuniões com estudantes para reorganizar “os quadros do partido”, além de ter instigado seus colegas do Colégio Pedro II a participarem de passeatas. A matéria ainda informava que Astrogildo não havia sido torturado, segundo seus familiares.

O jornal *Tribuna da Imprensa* (13 de julho de 1966, p. 5) também noticiou o depoimento de Astrogildo ao DOPS em uma matéria intitulada “Segurança da GB humilha e tenta intimidar AMES”. De acordo com a notícia, Astrogildo teria recusado uma conversa com três colegas da entidade secundarista¹⁶, que haviam procurado o Secretário de Segurança em busca de informações sobre a prisão do colega. Na ocasião, parecem ter recebido informações do depoimento de Astrogildo, que “confessava” ligações com o PC. A notícia do *Tribuna da Imprensa* trazia uma fala do chefe de gabinete, indicando que existiriam “provas contra o jovem reconhecidamente comunista”, contrário ao governo federal, que vivia a “discutir sobre o Papa Paulo VI e atuações dos Estados Unidos no Vietnã [...]” (Tribuna da Imprensa, 13 de julho de 1966, p. 5). Astrogildo teria afirmado que “participara de uma reunião em um apartamento na praia de Botafogo, para discutir sobre política estudantil” (Tribuna da Imprensa, 1966, p. 5) e que “elementos do PC propuseram um congresso da AMES com o fim de agitar e a adoção de outras medidas, das quais divergiu” (Tribuna da Imprensa, 13 de julho de 1966, p. 5). Sobre a atitude do chefe de gabinete em relação ao estudante, o jornal ainda divulgou:

Procurou inicialmente, o chefe do gabinete, fazer um preâmbulo tentando humilhar com a afirmativa de que era muito normal sua atitude da esquerda porque se tratava de um “pobre, filho de camelô, que sofre injustiças sociais, e recalcado contra a sociedade”. Astrogildo acrescentou, é comunista, pobre, discute política internacional e é um homem recalcado (Tribuna da Imprensa, 13 de julho de 1966, p. 5).

Os jornais destacavam a tentativa dos órgãos de repressão em comprovar as ações subversivas do aluno do Colégio Pedro II, mas também de, diante da prisão, indicar que não agiram com violência. A matéria, ao destacar a situação de humilhação por parte de representantes de órgãos públicos, reforçava a defesa do estudante e os “excessos” do regime.

Os outros três estudantes que haviam procurado o Secretário de Segurança em busca de informações de Astrogildo também acabaram sendo interrogados pelo DOPS, com perguntas

¹⁶ Não encontramos outras informações.

de cunho político (Tribuna da Imprensa, 13 de julho de 1966, p. 5). A AMES também publicou uma nota em protesto contra a prisão de seu presidente:

A AMES, órgão máximo de representação e coordenação dos estudantes de grau médio da Guanabara, vem novamente a público protestar contra a prisão de seu presidente Astrogildo Toledo Filho e declara que, apesar das tentativas das autoridades de ocultar a verdadeira localização do colega preso, conseguimos confirmação de que o nosso presidente está realmente na Polícia Central. Instituiu-se uma comissão que tentou entrar em contato com o Governador Negrão de Lima, tendo a comissão tomado conhecimento de que no Palácio Guanabara desconhecia a prisão de nosso colega. Disse ainda o Governador que só poderia nos receber em audiência no prazo de dois a três meses, e que as autoridades estaduais cumpriam apenas ordens do Governo Federal. AMES está voltada apenas para os problemas estudantis, não estando ligada a nenhuma associação política partidária de nenhuma espécie e, sendo um órgão democrático, dá aos seus membros o direito de se entender particularmente com qualquer pessoa e de qualquer credo (Jornal do Brasil, 13 de julho de 1966, p. 7).

A tensão pela prisão de Astrogildo se intensificou quando alunos do Colégio Pedro II começaram a organizar um protesto e percorreram as redações dos jornais com o intuito de explicar que o presidente da AMES não era um agitador. A Associação dos Alunos e os grêmios do Colégio Pedro II divulgaram uma nota oficial contra a prisão de seu colega (Jornal do Brasil, 14 de julho de 1966, p. 3):

Tais fatos – continua a nota – abalam os mais elementares princípios morais e os próprios fundamentos da nossa sociedade, bem como as instituições democráticas. Convocamos todos os alunos do Colégio Pedro II – Externato e Internato – para a concentração hoje, na sede, em defesa do nosso estabelecimento e de nosso colega. Comunicamos, também, que funcionaremos a partir de hoje, permanentemente, em crescente manifestação de solidariedade (Jornal do Brasil, 14 de julho de 1966, p. 3).

Após a pressão dos estudantes e das entidades, Astrogildo foi liberado. De acordo com notícia do *Jornal do Brasil* (14 de julho de 1966, p. 3), o aluno seguiu para o Colégio, onde contou à imprensa que ficara surpreso com sua detenção e informou que não fora maltratado e que sua “má aparência era consequência das preocupações e do cansaço” (Jornal do Brasil, 14 de julho de 1966, p. 1). A notícia destacava que colegas o levaram para realizar um exame médico para verificar prováveis agressões. Uma matéria veiculada no jornal *Tribuna da Imprensa* (14 de julho de 1966, p. 1) relatava a situação de pobreza da família de Astrogildo e a fisionomia “grotesca” do estudante ao ser libertado, o que indicava os maus-tratos sofridos por ele na prisão. Conforme a mesma notícia, o aluno seria processado pela justiça comum

acusado de subversão. Por ter 22 anos, o diretor do Colégio relatava que a situação do rapaz poderia piorar, já que era considerado responsável pelos seus atos.

O episódio da prisão do líder estudantil registrado pelos jornais, ao mesmo tempo em que buscava relatar detalhes do processo, evidenciava uma posição crítica à prisão do estudante e os excessos cometidos pelas forças policiais. A passagem que detalhava uma aparência “grotesca” na saída da prisão poderia indicar possíveis torturas, destacado de forma indireta pelo jornal. Ao reproduzirem a denúncia dos colegas de Astrogildo, os impressos ainda apontavam, mesmo que de modo sutil, para o fato de que a direção do Colégio Pedro II perseguia os estudantes que se distanciavam do padrão desejado e se aproximavam da militância política.

4 Confrontos com a direção e a “não renovação de matrículas”

Em março de 1967, matérias do *Jornal do Brasil* (24 de março de 1967, p. 14) e do *Correio da Manhã* (24 de março de 1967, p. 8-10) divulgavam uma denúncia feita pela AMES sobre a expulsão de 20 estudantes do Colégio Pedro II, acusados de serem responsáveis pelos movimentos políticos do ano anterior. Na matéria do *Correio da Manhã*, o diretor geral do Colégio, Vandick da Nóbrega, desmentia a denúncia junto com o Professor Tito Urbano, que era também funcionário do SNI. A matéria reforçava, contudo, que pais dos alunos haviam sido chamados à instituição para receberem a notícia da expulsão (24 de março de 1967, p. 10).

Entre os alunos expulsos estava o vice-presidente da AMES, José Luís Fontoura de Albuquerque¹⁷. Conforme os estudantes, a medida alcançou todos os alunos do Colégio Pedro II que eram membros da AMES:

Alguns estudantes afirmam que seus pais foram chamados ao Colégio para um assunto particular cujo teor não lhes foi dado a conhecer pelo telefone. Outros revelam ainda que a medida não alcançaria 20 estudantes, mas sim oito, os mesmos envolvidos em um inquérito instalado no Colégio Pedro II no ano passado para apurar as responsabilidades do movimento estudantil (*Jornal do Brasil*, 24 de março de 1967, p. 14).

¹⁷ Na edição do *Correio da Manhã*, aparece o desligamento oficial (*Correio da Manhã*, 26 de março de 1967, p. 1).

O aluno José Luís Fontoura era acusado de exercer atividades subversivas de caráter político em prejuízo a outros estudantes, conforme a notícia do jornal *Tribuna da Imprensa* (29 de maio de 1967). O impresso ainda anunciava que uma comissão de pais tentava dialogar com a direção da escola buscando reverter a expulsão, visto que o aluno soltava notas em nome de uma entidade que o governo dizia ser “ilegal e sem força”, portanto “inofensiva” (*Tribuna da Imprensa*, 29 de maio de 1967, p. 5). Outro jornal, o *Correio da Manhã*, trazia um comunicado do diretor do externato explicando que a matrícula do estudante não havia sido renovada “não por ser um subversivo, mas devido ao seu péssimo currículo registrado no ano anterior” (*Correio da Manhã*, 28 de março de 1967, p. 9). A expulsão do aluno foi confirmada pela direção, que desmentiu as outras 19 expulsões:

O estudante José Luís Fontoura de Albuquerque está querendo criar uma onda em torno do assunto, inclusive afirmando que outros alunos seriam expulsos porque estariam sendo acusados de subversivos pelo SNI, o que não acontece. Expulsar alunos seria o mesmo que impedir-lhes de estudar em qualquer escola dentro do Brasil. O que aconteceu com o aluno José Luís foi apenas um caso de não renovação de matrícula, o que é uma medida de rotina dentro do Colégio (*Correio da Manhã*, 28 de março de 1967, p. 9).

A matéria do *Correio da Manhã* expunha também argumentos de José Luís, que afirmava ter sofrido acusações inverídicas de um professor, anexadas em seu currículo escolar e aceitas pelo do diretor geral do Colégio. Segundo o estudante:

O professor Vilaça sempre demonstrou má vontade em manter qualquer diálogo com os alunos e perseguiu aqueles que reclamaram da sua administração, principalmente pelo fechamento arbitrário do grêmio cultural do Colégio durante o ano passado, confiscando ainda os bens (*Correio da Manhã*, 28 de março de 1967, p. 9).

Conforme o jornal, o estudante era um dos presos pelo DOPS durante a abertura-relâmpago do Congresso da AMES, em novembro de 1966. O jovem declarava, porém, que nunca havia praticado atos de indisciplina no Colégio, apenas teria apoiado alunos que distribuíam panfletos na instituição (*Correio da Manhã*, 28 de março de 1967, p. 9). Ao veicular uma denúncia feita pela AMES, os jornais apontavam para uma discordância em relação às expulsões, mesmo que apresentassem argumentos dos dois lados, da escola e do estudante expulso.

O episódio da “não renovação de matrícula” do estudante pode ser analisado como um modo de afastar alunos considerados “indesejáveis” da escola, método utilizado pelas universidades, conforme destaca Motta (2014). Assim, a diretoria do Colégio Pedro II realizava expurgo antes mesmo da promulgação do Decreto nº 477/69¹⁸. Segundo Motta (2014, p. 103), os reitores das universidades validavam os expurgos com o objetivo de retirar os alunos considerados subversivos “sem necessitar de lei específica para isso. Correndo o risco de sofrer violências ainda piores, em época de total insegurança, a maioria das vítimas parece não ter reclamado, entretanto alguns estudantes entraram com ações judiciais em defesa do direito de matrícula”. O autor afirma que listas com nomes de alunos participantes das manifestações de 1968 circulavam entre as autoridades, tanto de universitários como secundaristas.

Em maio de 1967, os grêmios culturais do Colégio tentaram promover concursos de poesia (Correio da Manhã, 19 de maio de 1967, p. 7) e tardes de debates (Correio da Manhã, 25 de maio de 1967, p. 3). Em junho, todavia, a direção da escola proibiu o debate do grêmio sobre a Guerra do Vietnã (Correio da Manhã, 2 de junho de 1967, p. 3). Nesse mês, um novo confronto ocorreu entre os alunos e a direção. Os estudantes da Seção Norte realizaram uma greve contra o diretor, que havia fechado o grêmio e proibido a realização da festa junina. Segundo o *Correio da Manhã* (24 de junho de 1967, p. 7), a direção da Seção Norte não concordava com a destinação de 10% da renda da festa para o caixa escolar do Colégio. Naquele contexto, as duas chapas adversárias do grêmio se uniram e os alunos se manifestaram pichando os muros da vizinhança com as frases “fora Lobo” e “grêmio aberto” (Correio da Manhã, 24 de junho de 1967, p. 7). Uma nota da Associação de Alunos do Pedro II indicava o forte enfrentamento:

A Associação dos Alunos do Pedro II, tendo em vista a proibição de sua tradicional festa junina e o fechamento do Grêmio da Seção Norte, resolve: 1º) adiar *sine die* a festa; 2º) entregar toda a responsabilidade da festa ao diretor, professor Sebastião Lobo, que a proibiu; 3º) declarar greve geral por tempo indeterminado, até a abertura do grêmio; 4º) conclamar a todos os estudantes da Guanabara a apoiarem a luta pela abertura do grêmio; 5º) avisar a todas as pessoas interessadas e afetadas financeiramente em decorrência da venda de convite, a cobrar os mesmos do diretor, pelo *status quo* vigente (Correio da Manhã, 24 de junho de 1967, p. 7).

¹⁸ O Decreto-Lei nº 477 definia as infrações disciplinares praticadas pelos membros de estabelecimentos de ensino público ou particulares, entre eles professores e estudantes. Os professores e funcionários poderiam ser demitidos; os alunos poderiam ser desligados e proibidos de se matricular por três anos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

Após o ocorrido, segundo as notícias da imprensa, o diretor precisou rever sua decisão e autorizou a festa junina.

Outro episódio significativo ocorreu em agosto de 1967, quando o estudante Carlos Eduardo Gouveia, então secretário de um dos grêmios, foi expulso por ter redigido um manifesto contra as medidas disciplinares do novo diretor do Colégio. Segundo uma nota veiculada pelo jornal *Correio da Manhã*, a expulsão “provocou a deflagração de uma greve por tempo indeterminado no educandário, com que os alunos protestam também contra a rigidez disciplinar introduzida pelos coronéis Fontes e Magalhães, assessores do novo diretor, professor Haroldo Cunha”¹⁹. Conforme notícia do jornal *Tribuna de Imprensa*, agentes do DOPS vigiaram os alunos durante as manifestações (Tribuna da Imprensa, 10 de agosto de 1967, p. 8). Na ocasião, a direção do Colégio se defendeu das denúncias sobre ter coagido o estudante a assinar sua transferência, informando que sua saída se devia ao fato de o estudante utilizar materiais retirados do almoxarifado do Colégio para lançar os manifestos e incitar greve de alunos (Tribuna da Imprensa, 10 de agosto de 1967, p. 8). Os estudantes em greve reivindicavam:

Os alunos do Colégio Pedro II – Externato Sede – resolvem encaminhar à diretoria do nosso estabelecimento as seguintes reivindicações: 1 – Normalização das aulas; 2 – Abertura e utilização dos Laboratórios; 3 – Maior e melhor distribuição da merenda escolar e a sua extensão às demais seções do Externato; 4 – Melhoria e barateamento da cantina e restaurantes do colégio; 5 – Debate acerca da disciplina com representantes dos alunos e autorização para que: a) os alunos possam entrar no colégio até o horário da segunda aula; b) os alunos não mais precisarem retirar-se do colégio em filas; c) os alunos, durante as aulas vagas, possam permanecer na quadra de esportes do colégio; 6 – Nenhuma punição para os grevistas (Correio da Manhã, 10 de agosto de 1967, p. 7).

A greve foi suspensa após um acordo com o diretor, que acatou quase todos os pedidos dos estudantes, mas afirmou, de acordo com uma notícia publicada no jornal *Correio da Manhã* (10 de agosto de 1967, p. 7), que o aluno Carlos Eduardo Gouveia não teria sido expulso, mas teve sua matrícula suspensa pelos próprios pais em virtude de sua atitude contra a direção do Colégio. Mais uma vez, a não matrícula era utilizada para excluir estudantes considerados indesejados. Ao evidenciar os conflitos entre os grêmios e a direção da escola, as notícias

¹⁹ O relato foi descrito por diversos jornais: *Correio da Manhã* (9 de agosto de 1967, p. 6); *Diário de Notícias* (11 de agosto de 1967, p. 11).

propiciaram apreender a entrada de novos agentes no interior do Colégio, membros das Forças Armadas, os coronéis assessores, que impunham regras disciplinares mais rígidas.

No mês de setembro de 1967, os alunos fizeram uma nova greve contra o fechamento do Grêmio Literário e Esportivo Pedro II da Seção Norte. De acordo com os alunos, o fechamento ocorreu “em represália às críticas à administração do diretor Sebastião Lobo” (Jornal do Brasil, 21 de setembro de 1967, p. 16) e à retirada de um mural com recortes de jornais. Conforme publicação do *Correio da Manhã*, os alunos reclamavam que o diretor:

[...] deixara sem professores as cadeiras de Física, Química, Português e Filosofia, chamava a polícia todas as vezes que eles faziam qualquer reivindicação; privava o grêmio literário de revistas, jornais e de uma vitrola, com que se divertiam nas horas de folga; fechara o grêmio e ameaçara de expulsão sua diretoria, caso os alunos denunciassem à imprensa outras irregularidades que vêm ocorrendo no Colégio (Correio da Manhã, 21 de setembro de 1967, p. 7).

Como parte dos protestos, os estudantes teriam afixado cartazes com os escritos “Lobo muda pele, mas não muda intenção” (Correio da Manhã, 21 de setembro de 1967, p. 7) e exigiam o afastamento do diretor (Diário de Notícias, 22 de setembro de 1967, p. 11.), que, por sua vez, informava que a atitude dos alunos seria reprimida com severidade, já que o grêmio havia sido interditado (Jornal do Brasil, 21 de setembro de 1967, p. 16). As reivindicações dos estudantes abordavam problemas referentes à falta de professores, mas também a truculência da gestão da escola com o movimento político dos estudantes.

Para tentar encerrar a greve, o diretor da Seção Norte decidiu acatar as reivindicações dos estudantes, como anunciado pelo *Correio da Manhã* (21 de setembro de 1967, p. 7). Entre as reivindicações, estava a demissão do professor Sebastião Lobo da função de diretor da Seção Norte, a reabertura do grêmio e a liberação dos jornais, além da devolução do amplificador. Em contrapartida, a diretoria do grêmio também se demitiria. Segundo relato dos estudantes, porém, apesar de cumprirem sua parte do acordo, o diretor não se demitiu (Diário de Notícias, 22 de setembro de 1967, p. 11). Em razão disso, dois dias depois, outras Seções do Colégio advertiram que fariam greve em apoio à Seção Norte, para impedir uma reação violenta do DOPS, que estava acompanhando as manifestações estudantis. Os alunos estavam temerosos com a possibilidade de espancamentos e prisões, chegando a procurar um juiz de menores para pedir proteção (Correio da Manhã, 24 de setembro 1967, p. 13). Não foram veiculadas mais notícias

sobre a greve nos jornais, o que pode significar que esta fora encerrada naquele mês de setembro. A situação, contudo, repercutiu no final do ano letivo.

Em dezembro, o jornal *Diário de Notícias* divulgou uma notícia sobre o impedimento de renovação de matrícula de todos os participantes do grêmio literário da Seção Norte, como consequência do inquérito instaurado pela direção da escola para apurar a greve de setembro daquele ano (*Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1967, p. 3). Vários estudantes foram suspensos por 30 dias, ficando impedidos de realizar os exames finais e sendo reprovados. Além disso, oito alunos foram proibidos de renovar as matrículas para o ano de 1968. Os alunos acusados expunham que o inquérito aberto pelo Colégio visava somente objetivos políticos, pois teriam sido interrogados com “perguntas sobre a Guerra do Vietnã, comunismo e acordos MEC-USAID”:

O aluno Vacili Justi Gonçalves, por exemplo, teve que responder às seguintes perguntas: Por que seus pais lhe deram um nome russo? Seus pais são russos ou descendentes? Você sabia que com esse nome torna-se uma pessoa marcada para o resto da vida? Vacili Gonçalves, diante do interrogatório, ameaçou jogar-se pela janela, o que não fez por ter sido contido (*Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1967, p. 3).

Os estudantes ainda denunciavam que os depoimentos de testemunhas arroladas no inquérito e as provas das irregularidades da direção da Seção Norte haviam sumido: “deram sumiço nesses depoimentos e provas, mas guardaram o que era de interesse exclusivo dos inquisidores, que só tinha o propósito de nos afastar do Colégio” (*Diário de Notícias*, 20 de dezembro de 1967, p. 3). Os episódios evidenciavam a crescente tensão e medo que se instaurava no cotidiano do Colégio Pedro II, ao ponto de os estudantes buscarem auxílio de um juiz de menores. As expulsões realizadas pelas diretorias da escola buscavam eliminar os estudantes que causavam conflitos e que seriam influenciados pelas “ideias subversivas”. O jornal *Diário de Notícias*, ao dar destaque para a fala dos alunos e os abusos cometidos no inquérito, aparentava concordar com os estudantes em sua denúncia contra a gestão da instituição.

5 1968: acirramento dos conflitos

No início do ano letivo de 1968, em fevereiro, os alunos lançaram um protesto contra as arbitrariedades cometidas pela direção da Sede do Externato, publicado no *Diário de Notícias* (18 de fevereiro de 1968, p. 5):

Dez alunos encontram-se ameaçados de expulsão, a direção do Colégio instituiu este ano a cobrança de taxas de emolduramentos escolares; no valor de NCr\$15,00, aplicando com tal medida um dos itens do anteprojeto da Fundação que se pretende criar; tem sido constante a instalação de comissões de inquérito e as perseguições a alunos e funcionários (Diário de Notícias, 18 de fevereiro de 1968, p. 5).

Tal fato sinalizava para o acirramento dos ânimos no ano de 1968, momento marcado por uma série de manifestações populares, incluindo dos estudantes secundaristas e universitários no Brasil e em diversos países²⁰. No mês de março, o estudante Edson Luís de Lima Souto foi morto no restaurante Calabouço em decorrência da repressão policial a uma manifestação (Abreu *et al.*, 2010). De acordo com Maria Ribeiro do Valle (1997), as Forças Armadas ocuparam a cidade do Rio de Janeiro após a morte de Edson Luís para impedir as manifestações de rua. A violência foi intensificada por parte dos órgãos de repressão. Em maio, o relatório elaborado pelo Coronel Carlos de Meira Mattos sobre as universidades indicava a necessidade de transformá-las em fundações, além de medidas para conter o movimento estudantil (Abreu *et al.*, 2010). Como reação à possibilidade de criação das fundações e pagamento de anuidades, entre outros temas, estudantes de várias instituições entraram em greve, entre eles os da UFRJ. Em resposta às indignações populares reprimidas, os movimentos sociais realizaram, no dia 26 de junho, a Passeata dos Cem Mil (Abreu *et al.*, 2010)²¹.

Nas manifestações que ocorreram no mês de junho de 1968 no Rio de Janeiro, alunos do Colégio Pedro II se juntaram aos estudantes universitários. No dia 20, notícias veiculadas em alguns jornais informavam que cerca de 800 estudantes de todas as Seções do Colégio Pedro II haviam entrado, na manhã do dia anterior, no prédio do Internato da unidade Campo de São Cristóvão para realizarem uma assembleia geral, com o objetivo de tratar de algumas reivindicações, entre elas “restituição do dinheiro da caixa escolar, liberação de verbas para obras, remuneração de professores, construção da universidade do Pedro II” (Correio da Manhã,

²⁰ Entre as obras que tratam dos acontecimentos de 1968, destacamos os trabalhos de Fico e Araújo (2009), Groppo (2000), Martins Filho (1998) e Valle (1997).

²¹ Em agosto, ocorreu ainda o fechamento da UFMG e a invasão da Polícia Militar na UnB.

20 de junho de 1968, p. 15; *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1968, p. 19) e questões curriculares. Em desacordo com o encontro dos estudantes, a direção do Colégio tentou proibir a realização da assembleia. Segundo uma notícia do *Jornal do Brasil* (20 de junho de 1968, p. 19), 12 soldados entraram junto com os alunos, mas foram retirados pelo diretor geral Vandick da Nóbrega.

No dia 19 de junho, os alunos do Colégio Pedro II haviam se juntado aos estudantes universitários em uma manifestação que sofreu forte repressão da Polícia Militar²². Uma publicação do *Jornal do Brasil* anunciava que 42 estudantes haviam sido levados à Secretaria de Segurança Pública para averiguações, incluindo ginasiais do Colégio Pedro II. O governador Negrão de Lima afirmava que os estudantes não solicitaram autorização prévia das autoridades para realizar seu ato. Assim, a polícia iria “coibir as perturbações da ordem” (*Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1968, p.1; *Correio da Manhã*, 20 de junho de 1968, p. 15).

Em nova matéria, do dia 21 de junho, o *Jornal do Brasil* (21 de junho de 1968, p. 4) informava que seis estudantes do Colégio Pedro II teriam sido presos quando tentavam sair da assembleia estudantil realizada na UFRJ no dia anterior, que pretendia organizar o movimento contra as políticas educacionais (Valle, 1997). Embora a manifestação na UFRJ fosse descrita por alguns professores como pacífica, a polícia entrou na universidade e prendeu estudantes (*Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1968, p. 4). De acordo com Valle (1997), os estudantes foram duramente reprimidos. O jornal noticiava que o diretor do Colégio Pedro II apelava para que os pais mantivessem seus filhos em casa ou os encaminhassem para as aulas, que aconteciam normalmente (*Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1968, p. 4), evitando que fossem “envolvidos em agitações de rua, orientadas pelos interessados nas perturbações da ordem pública” (*Jornal do Brasil*, 21 de junho de 1968, p. 4).

No dia 21 de junho, houve o episódio que foi narrado por parte da imprensa como sexta-feira sangrenta, segundo Valle (1997), quando uma nova manifestação de estudantes no Ministério da Educação foi reprimida pela polícia, momento em que um aluno do Colégio Pedro II foi baleado no joelho e socorrido por jornalistas (*Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1968, p. 14).

Como resposta às prisões de colegas, estudantes do Internato do Campo de São Cristóvão levantaram barricadas na entrada do Colégio e iniciaram uma greve para exigir a

²² Em uma das manifestações, o filho do professor catedrático do Colégio Pedro II, Álvaro Lins, que também era embaixador, foi preso pelo exército (*Diário de Notícias*, 21 de junho de 1968, p. 3).

libertação dos presos (Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968, p. 14). Os alunos esclareciam aos repórteres do *Jornal do Brasil* que esperavam a tropa de choque com pedras e paus, caso fossem agredidos, mas a polícia não apareceu (Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968, p. 15). O pai de um estudante chegou a ser preso. Faixas com as frases: “abaixo a farsa do diálogo”, “fora assassinos da PM”, “mais verbas” e “soltem nossos colegas presos” foram afixadas nas paredes. Com receio da repressão policial, os estudantes arrancaram a porta lateral do Colégio para que pudessem resistir dentro do pátio (Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968, p. 15). A matéria destacava que alunos de outras Seções se juntaram aos colegas, muitos com idade entre 11 e 12 anos, e se dividiam em várias atividades:

[...] a dos olheiros, em pontos estratégicos, encarregados de avisar a chegada da polícia; a tropa de choque, composta por rapazes mais fortes, para oferecerem o primeiro combate aos soldados, os encarregados de evitar a dispersão dos colegas, os que arrecadavam dinheiro e pintavam faixas, e a turma do spray, encarregada de escrever slogans nos ônibus que passavam (Jornal do Brasil, 22 de junho de 1968, p. 15).

Sobre as prisões realizadas durante as manifestações estudantis, uma notícia veiculada no *Jornal do Brasil*, do dia 23 de junho, apresentava uma lista da polícia com os nomes de 300 presos nas ações dos dias anteriores. Entre os estudantes estava um aluno do Colégio Pedro II, de 17 anos (Jornal do Brasil, 23 de junho de 1968, p. 34). Os episódios narrados pelos jornais indicavam a articulação dos alunos do Colégio com os universitários, ampliando as manifestações públicas. Como reação, mostravam as tentativas da direção em proibir as ações dos estudantes e a crescente repressão das forças policiais.

No dia 25 de junho de 1968, professores de universidades e do Colégio Pedro II saíram em defesa de seus alunos (Jornal do Brasil, 26 de junho de 1968, p. 7), quando cerca de mil professores, segundo o *Diário de Notícias* (26 de junho de 1968, p. 13), entregaram um memorial ao Ministro da Educação Tarso Dutra exigindo a liberdade dos alunos presos. No pátio do MEC, eles afixaram faixas e cartazes em apoio aos estudantes. O memorial declarava:

Os professores universitários e secundários, face à situação de crise por que passa a política educacional brasileira, com autoridade e a responsabilidade que lhes confere o papel de educadores, vêm:

1º Protestar contra a repressão das autoridades policiais que vem atingindo violentamente:

- a) os estudantes, nas suas justas reivindicações, que expressam a necessidade de transformação da estrutura obsoleta do ensino;
- b) às instituições educacionais brasileiras, atingidas frontalmente na sua autonomia e na sua dignidade;
- c) os profissionais de imprensa, através de agressão física e depredação de equipamentos;
- d) o povo traumatizado e solidário com os que lutam por uma educação para uma sociedade mais democrática;

2º Responsabilizar as autoridades contra qualquer agressão cometida contra os líderes estudantis;

3º Responsabilizar as autoridades governamentais pelas soluções inadequadas que vêm sendo dadas ao problema educacional brasileiro;

4º Protestar contra quaisquer ideias concorrentes à privatização do ensino em todos os níveis, que atentem contra o princípio democrático;

5º Exigir:

- a) providências imediatas para a libertação dos estudantes presos e mais as pessoas presas em manifestações;
- b) garantias formais de que serão suspensas todas e quaisquer perseguições a líderes estudantis;
- c) garantias para professores e alunos participarem ativamente da política educacional, com a liberdade que, individualmente, está assegurada pela Constituição brasileira no Artigo 121 [...] (Jornal do Brasil, 26 de junho de 1968, p. 7).

O documento demonstrava a mobilização pela liberação dos estudantes presos e a preocupação com as perseguições de seus líderes. Os professores indicavam sintonia com as reivindicações dos alunos. A comissão de professores e pais de alunos, que contava com a coordenadora de orientação pedagógica do Colégio Pedro II, Isabel Junqueira Schmidt²³, foi criada para negociar possíveis garantias, para que ocorressem reuniões estudantis sem repressão e a possibilidade de intervenção do Ministro em relação aos estudantes presos. O relato publicado no *Jornal do Brasil* (26 de junho de 1968, p. 5), no entanto, comunicava que o Ministro alegou não poder fazer nada em relação aos presos. No dia seguinte, 26 de junho, o jornal *Tribuna da Imprensa* anunciava que a direção do grêmio do Colégio Pedro II estava sendo procurada pela polícia por causa das manifestações organizadas pelos estudantes

²³ A comissão era formada pela Presidente Henriete Amado, diretora do Colégio Estadual André Maurois, pelos membros Frei Pedro Secondi, professor da PUC e diretor do Colégio Social, Antônio Gomes Pena, do Instituto de Filosofia da UFRJ, Leite Lopes, diretor do Instituto de Física da UFRJ, e José Américo Peçanha, do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ (Diário de Notícias, 26 de junho de 1968, p. 13).

anteriormente (Tribuna de Imprensa, 26 de junho de 1968, p. 2). Neste dia, a passeata dos Cem Mil aconteceu sem incidentes entre a população e a polícia (Valle, 1997).

No início do mês de julho, novas manifestações e passeatas foram realizadas. Uma matéria do dia 3, do *Jornal do Brasil*, informava que a Comissão dos Cem Mil, formada por representantes dos movimentos estudantis, saíra decepcionada de uma reunião com Costa e Silva, pois o presidente havia declarado que não poderia atender ao pedido de reabertura do restaurante Calabouço e de libertação dos estudantes presos (Jornal do Brasil, 3 de julho de 1968, p. 7).

Ao longo do mês, os secundaristas do Colégio Pedro II, convocados pela AMES, realizaram, junto com estudantes de outras escolas, um seminário sobre a “Realidade Estudantil” (Jornal do Brasil, 13 de julho de 1968, p.16; Diário de Notícias, 13 de julho de 1968, p. 7), com o objetivo de analisar as perspectivas de organização da sua luta (Hauer, 2007). Entre as propostas, destacava-se a necessidade de realizar “um balanço do movimento estudantil e um planejamento para a continuidade da luta” e fortalecer as delegacias criadas pelas AMES, que deveriam “organizar e coordenar o movimento estudantil nos colégios” (Hauer, 2007, p. 75).

Em 4 de agosto de 1968, era veiculada outra notícia no *Correio da Manhã* sobre a prisão de um estudante do Colégio Pedro II junto com Vladmir Palmeira, diretor da UNE. A direção do Colégio Pedro II, contudo, negou que a pessoa fosse estudante da instituição e enfatizou que, se algum de seus alunos fosse preso, “não haveria represália por parte da direção”, pois a autoridade da escola sobre os alunos terminava quando eles cruzavam o portão do colégio: “a partir daí, o problema é dos alunos, dos pais e da polícia, dentro da orientação que temos por parte do Ministério da Educação” (Jornal do Brasil, 6 de agosto de 1968, p. 1; p. 21). Tal relato expressava a indisposição da direção do Colégio em auxiliar os estudantes considerados agitadores. Para reivindicar contra as prisões, estudantes organizaram uma passeata que foi outra vez reprimida pela Polícia Militar (Correio da Manhã, 4 de agosto de 1968, p. 1; p. 21).

No fim de agosto, o Grêmio Científico e Literário do Colégio lançou uma nota sobre a deflagração de uma greve de 48 horas em protesto contra o espancamento dos estudantes da Universidade de Brasília após invasão da polícia (Diário de Notícias, 31 de agosto de 1968, p. 7; p. 22). No dia 7 de setembro, uma notícia do *Correio da Manhã* (7 de setembro de 1968, p. 9) anunciava a prisão de seis estudantes do Colégio Pedro II ao arrecadarem dinheiro para a formatura. Sem apoio da direção e de professores, os alunos realizaram uma assembleia para

tratar das prisões e de episódios envolvendo estudantes denominados pelos membros do grêmio como “grupos fascistas” e de “direita”, que teriam invadido o grêmio da Zona Sul.

Outra matéria do *Diário de Notícias* (17 de setembro de 1968, p. 13), de 17 de setembro de 1968, anunciava que estudantes foram impedidos de realizar uma assembleia no Colégio Pedro II, pois as aulas haviam sido suspensas pelo diretor por motivo de falta de água. Como alternativa, os secundaristas se reuniram na rua, picharam os muros do Colégio e construíram uma pauta com demandas que envolviam: melhorias no sistema educacional, funcionamento dos laboratórios do Colégio, fim do pagamento de anuidades, contra a comissão de inquérito criada para apurar acontecimentos na instituição, autonomia do grêmio, além de mais verbas e melhores salários para os professores e funcionários. Segundo Hauer (2007), a tropa de choque foi chamada e os estudantes se dispersaram.

Em outubro de 1968, o diretor Vandick da Nóbrega entrou mais uma vez em confronto com os alunos do Colégio ao chamar a tropa de choque e agentes do DOPS (*Correio da Manhã*, 20 de outubro de 1968, p. 15) na Seção São Cristóvão, para impedir uma assembleia em protesto contra outro fechamento do Grêmio Literário e Recreativo. Segundo uma matéria do *Jornal do Brasil*, o diretor já havia suspenso vários estudantes, incluindo toda a diretoria do grêmio, considerada por ele “um antro de subversão e de imoralidade”, pelo fato de os estudantes terem participado de uma concentração estudantil no dia 9 daquele mês (*Jornal do Brasil*, 18 de outubro de 1968, p. 11). Para o diretor, o grêmio era um local de reuniões políticas, onde os alunos confeccionavam manifestos com um mimeógrafo, além de possuírem cartazes de Che Guevara. Os estudantes reagiram ao fechamento do grêmio, arrombando sua porta (Hauer, 2007). Segundo Cláudio Egler, um dos membros da entidade estudantil, a greve durou uma semana e parou o colégio (Hauer, 2007). Uma matéria do *Correio da Manhã* apresentava a versão dos alunos:

[...] o grêmio do internato não foi fechado por causa do mimeógrafo e do cartaz do Che. Esta causa [...] foi mais um pretexto, e o grêmio foi fechado porque é uma liderança autêntica dos alunos, que os conduziu (*sic*) correta e decididamente em suas lutas reivindicatórias (*Correio da Manhã*, 20 de outubro de 1968, p. 15).

Os jornais destacavam novamente a atuação da direção do Colégio em reprimir as manifestações dos estudantes, inclusive com a atuação de agentes do DOPS e da tropa de choque no interior da escola. Como resposta às manifestações, dois estudantes foram suspensos

por 30 dias e os membros do grêmio, por quatro dias. Em solidariedade aos suspensos, os alunos da Unidade Centro do Colégio entraram em greve. Conforme publicação do jornal *Diário de Notícias*, o DOPS, junto com o diretor, teriam invadido o grêmio, destruído cadeiras, mesas e portas, além de apreender o mimeógrafo (*Diário de Notícias*, 17 de outubro de 1968, p. 55). De acordo com a entrevista colhida por Hauer (2007), os estudantes foram levados ao DOPS para prestarem depoimento.

No final de 1968, os alunos suspensos não tiveram suas matrículas renovadas (Hauer, 2007). Outra vez, a justificativa da direção enfatizava não ser uma expulsão, mas, apoiada no regulamento do Colégio, efetuava o impedimento de renovação de matrícula dos alunos considerados indisciplinados (*Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1968, p. 7), que poderiam se transferir para outros colégios (Hauer, 2007). Um professor da escola afirmava que os afastamentos pretendiam “servir de exemplo para os demais”, pois o ano de 1968 havia sido o “ano da balbúrdia geral devido às inúmeras greves estudantis” (*Jornal do Brasil*, 24 de janeiro de 1968, p. 7).

As matérias e notícias dos jornais destacavam o acirramento dos conflitos e protestos dos estudantes em 1968, ano considerado marcante no processo de retomada dos movimentos populares contra a ditadura militar. No fim desse ano, com o Ato Institucional nº 5 e o Decreto-Lei nº 477, de fevereiro de 1969, os movimentos estudantis foram duramente desmobilizados, conforme destaca Angelica Müller (2010).

6 Considerações finais

O Colégio Pedro II, como outras instituições educacionais, foi impactado após o golpe militar de 1964. No novo contexto, os estudantes secundaristas se mobilizaram contra o regime que se instaurou e afetou o cotidiano da escola, ao organizarem ações contra as determinações de servidores, especialmente docentes e diretores. Os textos dos jornais analisados trouxeram tal perspectiva ao focalizarem as manifestações dos estudantes do Colégio em dois eixos: na luta contra o regime e nos conflitos internos à instituição.

As ações dos estudantes do Colégio, durante os primeiros anos da ditadura militar, veiculadas nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*, indicam que os alunos tentaram reorganizar o movimento estudantil a partir da reestruturação dos grêmios das diferentes Seções e da Associação dos Alunos, mas também

procuravam retomar o movimento secundarista na cidade do Rio de Janeiro, por meio da atuação da AMES. Em meio à tentativa de realização do congresso da AMES, os periódicos deram destaque à prisão de um estudante do Colégio que atuava no movimento estudantil. Em 1966, os jornais, ao mesmo tempo em que publicavam notícias sobre a prisão e a posição dos educandos na tentativa de soltarem o colega, evidenciavam também um posicionamento crítico à ação da polícia.

Os alunos do Colégio Pedro II se uniram aos estudantes universitários nas reivindicações por melhorias na educação, que envolviam a luta contra o pagamento de anuidades, mais verbas e vagas nas universidades, contra a transformação do Colégio em Fundação, e a manutenção dos restaurantes. Internamente, organizavam assembleias para exigir autonomia dos grêmios, o fim da perseguição aos alunos, contra as arbitrariedades dos diretores, pelo não pagamento de taxas, mas também melhores salários para os professores, contratação de novos docentes e melhorias na estrutura de ensino, como os laboratórios. Em favor dos estudantes, os jornais ressaltavam a repressão da Polícia Militar em muitas das manifestações.

Como tentativa de coibir os estudantes que integravam movimentos políticos, diretores do Colégio Pedro II se utilizaram da “não renovação de matrículas”. Diversas notícias denunciavam expulsões de alunos por realizarem atividades subversivas. A direção da instituição, contudo, justificava o impedimento da matrícula utilizando o argumento do desempenho escolar inadequado. Em diferentes momentos, os grêmios foram fechados e suas atividades, proibidas. Agentes do DOPS e do exército foram chamados à escola pela própria direção para reprimir os alunos; como resposta, os estudantes deflagraram greves. Os jornais, em favor dos secundaristas, veicularam notícias que demonstravam a truculência do regime.

O ano de 1968 foi marcado pela intensificação das manifestações e das greves estudantis no Colégio, denominado por um docente da escola como o “ano da balbúrdia geral”. Próximos aos estudantes universitários, os secundaristas integraram assembleias e passeatas, e sofreram forte repressão, incluindo prisões. Por sua vez, docentes e pais dos alunos se mobilizaram em defesa e apoio aos estudantes. No fim do ano, os jornais destacaram a decisão da direção da escola de endurecer as proibições, com o objetivo de acabar com a “subversão e imoralidade” no Colégio Pedro II.

Fontes

A HORA E A VEZ DOS PROFESSORES “LIBEREM NOSSOS ALUNOS”. **Diário de Notícias**, ed. 13986, 26 de junho de 1968, p. 13.

AGRESSÕES. **Correio da Manhã**, ed. 22534, 20 de setembro de 1966, p. 3.

ALEIXO manobra para reconciliar estudantes e reitorias. **Jornal do Brasil**, ed. 89, 19 de abril de 1966, p. 16.

ALUNO expulso do Pedro II dá em protesto da AMES, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05226, 29 de maio de 1967, p. 5.

ALUNOS denunciam manobra para alterar Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22229, 22 de setembro de 1965, p. 2.

ALUNOS do Pedro II entram em greve. **Jornal do Brasil**, ed. 00063, 22 de junho de 1968, p. 15.

ALUNOS do Pedro II fazem greve contra fechamento do seu Grêmio Literário. **Jornal do Brasil**, ed. 00143, 21 de setembro de 1967, p. 16.

ALUNOS do Pedro II lançam protesto. **Diário de Notícias**, ed. 13881, 18 de fevereiro de 1968, p. 5.

ALUNOS do Pedro II não querem fundação. **Diário de Notícias**, ed. 13978, 16 de junho de 1966, p. 6.

ALUNOS não querem Pedro II dividido. **Correio da Manhã**, ed. 21983, 2 de dezembro de 1964, p. 8.

AMES: SNI faz expurgo no Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22689, 24 de março de 1967, p. 8-10.

ARQUIVO NACIONAL. **Fundo:** Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC.83008726, Astrogildo Toledo Filho, 22 de julho de 1966.

ASSEMBLEIA foi feita sem desordem. **Jornal do Brasil**, ed. 0062, 21 de junho de 1968, p. 4.

ASTROGILDO revela que é ligado a comunistas. **Jornal do Brasil**, ed. 162, 13 de julho de 1966, p. 7.

ATIVIDADES. **Jornal do Brasil**, ed. 00081, 13 de julho de 1968, p. 16.

CABELUDO fica de fora no Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22691, 28 de março de 1967, p. 9.

CASTELO BRANCO cassa 44 e baixa 66 Decretos. **Jornal do Brasil**, ed. A00048, 28 de fevereiro de 1967, p. 19.

CHOQUE da PM impediu protesto no Pedro II. **Jornal do Brasil**, ed. 218, 16 de setembro de 1966, p. 5.

COLÉGIO Pedro II desmente expulsão de 120 alunos. **Jornal do Brasil**, ed. 00246, 24 de janeiro de 1969, p. 7.

COLÉGIO se reúne por estudante. **Jornal do Brasil**, ed. 163, 14 de julho de 1966, p. 3.

COMISSÃO entre fundação e autonomia: Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22409, 27 de abril de 1966, p. 5.

COMISSÃO estudantil volta irritada e ameaça governo com nova passeata. **Jornal do Brasil**, ed. 00072, 3 de julho de 1968, p. 7.

CONCURSO poesia grêmio. **Correio da Manhã**, ed. 22735, 19 de maio de 1967, p. 7.

DECRETO 245. **Jornal do Brasil**, ed. A00059, 12 de março de 1967, p. 19.

DIRETOR acaba com a festa de alunos para o Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22766, 24 de junho de 1967, p. 7.

DOPS liberta estudante e AMES suspende concentração, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05012, 14 de julho de 1966, p. 1.

ESCRITOR solidário com o filho detido. **Diário de Notícias**, ed. 13982, 21 de junho de 1968, p. 3.

ESTÁ em estudos no MEC a criação da Fundação Pedro II. **Diário de Notícias**, ed. 13122, 29 de agosto de 1965, p. 1.

ESTUDANTE é preso tem paradeiro em mistério, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05008, 9 e 10 de julho de 1966, p. 2.

ESTUDANTE foi a rua debaixo de pau. **Diário de Notícias**, ed. 13443, 16 de setembro de 1966, p. 5-6.

ESTUDANTES. **Jornal do Brasil**, ed. 0062, 21 de junho de 1968, p. 4.

ESTUDANTES decidem sair hoje às ruas para lutar pelos seus direitos, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05606, 26 de junho 1968, p. 2.

ESTUDANTES denunciam expulsões do Pedro II. **Jornal do Brasil**, ed. A00069, 24 de março de 1967, p. 14.

ESTUDANTES fecham luta com passeata. **Correio da Manhã**, ed. 22529, 14 de setembro de 1966, p. 3.

EXÉRCITO guarnece pontos vitais da cidade desde cedo. **Jornal do Brasil**, ed. 00101, 6 de agosto de 1968, p. 1; p. 21.

EXPULSÃO. **Correio da Manhã**, ed. 22690, 26 de março de 1967, p. 1.

FUNDAÇÃO do Pedro II é exame de estudantes. **Diário de Notícias**, ed. 13323, 28 de abril de 1966, p. 2.

GRÊMIO do Pedro II invadido e depredado pela polícia. **Diário de Notícias**, ed. 14038, 17 de outubro de 1968, p. 55.

GRÊMIO tem tarde de debate. **Correio da Manhã**, ed. 22740, 25 de maio de 1967, p. 3.

GREVE do Pedro II pode atingir outras seções. **Correio da Manhã**, ed. 22845, 24 de setembro 1967, p. 13.

GREVE do Pedro II pode ser ampliada. **Correio da Manhã**, ed. 23170, 20 de outubro de 1968, p. 15.

GREVE Geral “ad referendum”. **Jornal do Brasil**, ed. 219, 17 de setembro de 1966, p. 4.

GREVE na seção norte do Pedro II durou um dia. **Correio da Manhã**, ed. 22842, 21 de setembro de 1967, p. 7.

GREVE no Pedro II acaba sem punição para estudantes. **Correio da Manhã**, ed. 22806, 10 de agosto de 1967, p. 7.

INVASÃO do Pedro II não traz atrito. **Jornal do Brasil**, ed. 00061, 20 de junho de 1968, p. 19.

MAIS um baleado. **Jornal do Brasil**, ed. 00063, 22 de junho de 1968, p. 14.

MANIFESTAÇÃO contra MEC-USAID. **Diário de Notícias**, ed. 13759, 23 de setembro de 1967, p. 2.

MANIFESTO dá expulsão no Pedro II. **Correio da Manhã**, ed. 22805, 9 de agosto de 1967, p. 6.

MORIZ: podia ser pior, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05068, 17-18 de setembro de 1966, p. 2.

NEGRÃO declara que polícia coibirá as manifestações fora dos locais permitidos. **Jornal do Brasil**, ed. 00061, 20 de junho de 1968, p. 1.

O FINAL. **Jornal do Brasil**, ed. 00063, 22 de junho de 1968, p. 14

PASSEATA. **Diário de Notícias**, ed. 13986, 26 de junho de 1968, p. 13.

PEDRO II: greve continua e diretor nada faz, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05340, 10 de agosto de 1967, p. 8.

PEDRO II ainda está em greve. **Diário de Notícias**, ed. 13758, 22 de setembro de 1967, p. 11.

PEDRO II condena agora: grevistas não estudarão. **Diário de Notícias**, ed. 13831, 20 de dezembro de 1967, p. 3.

PEDRO II em greve por aluno expulso pela nova diretoria. **Diário de Notícias**, ed. 12721, 11 de agosto de 1967, p. 11.

PEDRO II faz apelo a famílias. **Jornal do Brasil**, ed. 0062, 21 de junho de 1968, p. 4.

PEDRO II faz greve de protesto. **Diário de Notícias**, ed. 14043, 31 de agosto de 1968, p. 22.

PEDRO II fez assembleia na rua. **Diário de Notícias**, ed. 14057, 17 de setembro de 1968, p. 13.

PEDRO II não fez assembleia. **Jornal do Brasil**, ed. 00164, 18 de outubro de 1968. p. 11.

PEDRO II não quer debate sobre Vietnã. **Correio da Manhã**, ed. 22747, 2 de junho de 1967, p. 3.

PEDRO II reúne-se hoje para decidir greve e passeata. **Correio da Manhã**, ed. 22530, 15 de setembro de 1966, p. 9.

PEDRO II também faz passeata contra violência, **Tribuna da Imprensa**, ed. 05065, 14 de setembro de 1966, p. 1.

PM dissolve passeata contra prisão de Wladimir Palmeira. **Correio da Manhã**, ed. 23104, 4 de agosto de 1968, p. 1.

PM divulga nome de 300 presos. **Jornal do Brasil**, ed. 00064, 23 de junho de 1968, p. 34.

PM na assembleia geral. **Correio da Manhã**, ed. 23065, 20 de junho de 1968, p. 15

POLÍCIA não intimida estudantes: passeatas. **Diário de Notícias**, ed. 13441, 14 de setembro de 1966, p. 5.

PROFESSORES e mães concentram-se no MEC. **Jornal do Brasil**, ed. 00066, 26 de junho de 1968, p. 7.

PROMESSA de Negrão não foi cumprida. **Jornal do Brasil**, ed. 00062, 21 de junho de 1968, p. 4.

SECUNDARISTA é preso pelo DOPS. **Correio da Manhã**, ed. 23133, 7 de setembro de 1968, p. 9.

SECUNDARISTAS têm assembleia hoje na praia vermelha. **Diário de Notícias**, ed. 14001, 13 de julho de 1968, p. 7.

SEGURANÇA da GB humilha e tenta intimidar AMES, **Tribuna da Imprensa**, 13 de julho de 1966, p. 5.

TARSO confirma a disposição de dialogar com estudantes. **Jornal do Brasil**, ed. 00066, 26 de junho de 1968, p. 5.

Referências

ABREU, A. A. de. **Intelectuais e Guerreiros**: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.

ABREU, A. A. de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-de-tarso-de-morais-dutra>. Acesso em: 1º fev. 2024.

BARROS, C. M. X. **Movimento Estudantil nos idos de 1964-1968**: história de resistência à ditadura militar 1. ed. São Paulo: Aluz Científica, 2023.

BRAGHINI, K. M. Z. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”. **Educar em Revista**, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014.

CAPELATO, M. H. R. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILAÇA, M.; PRADO, M. L. C. (org.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo. Humanitas: CAPES, 2015.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. Editora Contexto. São Paulo. 1988.

CAPELATO, M. H. R.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHAMMAS, E. Z. **A ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRUZ, M. A. G. da. Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 16, n. 41, e0103, abr. 2024.

FERREIRA, M. de M. Diário de Notícias. In: ABREU, A. A. de *et al.* (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, v. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCIAS%20\(Rio%20de%20Janeiro\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCIAS%20(Rio%20de%20Janeiro).pdf). Acesso em: 20 out. 2024.

FICO, C.; ARAÚJO, M. P. (org.). **1968, 40 anos depois**: história e memória. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

FIGUEIREDO, L. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

GROPPO, L. A. **Uma onda mundial de revoltas**: movimentos estudantis nos anos de 1960. 2000. 696 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

HAUER, L. **Colégio Pedro II no período da ditadura militar: subordinação e resistência**. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LEAL, C. E. **Tribuna da Imprensa**. Verbete. FGV, CPDOC. s/d. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/6390>. Acesso em: 20 out. 2024.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MAFRA, P. H. **Uma escola contra a ditadura: a participação política do Cap-UFRJ durante o regime militar brasileiro (1964-1968)**. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS FILHO, J. R. (org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp. Editora da UFSCar, 1998.

MARTINS FILHO, J. R. **Movimento estudantil e a militarização do Estado no Brasil: 1964-1968**. 1986. 284 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, R. P. S. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MÜLLER, A. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena política (1969-1979)**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; Centre d'Histoire Sociale da XXème Siècle, Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Paris, 2010.

OLIVEIRA, S. S. R. de. A Escola Técnica Nacional e a ditadura civil-militar: história e memória de uma escola e da luta dos estudantes (1960-1966). **Tempo**, Niterói, v. 29, n. 1, p. 127-144. jan./abr. 2023.

POERNER, A. J. **O Poder Jovem**. História da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SANTOS, B. B. M. dos; SILVA, E. M. da; ANDRADE, V. L. C. de Q.; RODRIGUES, V. M. F. **Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

VALLE, M. R. do. **O diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar em 1968**. 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

Enviado em: 04/11/2024

Revisado em: 01/04/2025

Aprovado em: 03/04/2025